

Relação entre adesão a crenças meritocráticas e a renda familiar

Relationship between adherence to meritocratic beliefs and family income

Relación entre adherencia a las creencias meritocráticas y al ingreso familiar

Amanda Borba Ramos Silva*
João Fernando Rech Wachelke**

Resumo

A meritocracia pode ser considerada uma ideologia que coopera na justificção das desigualdades entre as classes existentes no sistema econômico. Isso se dá com a valorização de características como a competitividade, a habilidade e o esforço individual, desconsiderando fatores históricos, culturais e socioeconômicos. O objetivo da pesquisa foi caracterizar a adesão a crenças meritocráticas, vinculando as respostas obtidas à condição social do participante. Uma amostra de 1.233 adultos respondeu uma entrevista estruturada, indicando o grau de concordância com três sentenças a respeito do papel do esforço individual para o sucesso, a relação entre habilidade e remuneração e a desigualdade social. Os resultados indicaram que a renda dos indivíduos está associada à percepção da lógica meritocrática, posto que sujeitos com maiores rendas tenderam a questionar as generalizações, mas não deixam de aderir a sua lógica com veemência, valorizando esforço e manutenção das diferenças salariais pautadas no valor social agregado a determinadas habilidades. Já sujeitos com menor acesso a recursos demonstraram crer na meritocracia com menores questionamentos, emergindo assim as características ideológicas da meritocracia e as concepções dominantes de classes sociais mais abastadas.

Palavras-chave: meritocracia; ideologia; estratificação social.

* Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8716-7705>.
E-mail: borba.manda@gmail.com

** Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4364-8598>.
E-mail: wachelke@yahoo.com

Abstract

Meritocracy can be considered an ideology that cooperates to justify the inequalities between the classes existing in the economic system. This is done by valuing characteristics such as competitiveness, ability and individual effort, disregarding historical, cultural and socioeconomic factors. The aim of the research was to characterize adherence to meritocratic beliefs, linking the responses obtained to the social conditions of participants. A sample of 1.233 adults completed a structured interview, indicating the degree of agreement with three sentences regarding the role of individual effort for success, the relationship between ability and remuneration, and social inequality. The results indicated that the income of the individuals is associated with the perception of the meritocratic logic, since subjects with higher incomes tended to question the generalizations, but they did not stop adhering to their logic with vehemence, valuing effort and maintenance of wage differences based on social value added to certain skills. In contrast, subjects with less access to resources have shown to believe in meritocracy with less questioning, thus emerging the ideological characteristics of meritocracy and the dominant conceptions of more affluent social classes.

Keywords: meritocracy; ideology; stratification.

Resumen

La meritocracia puede considerarse una ideología que coopera para justificar las desigualdades entre clases en el sistema económico. Esto ocurre con la valoración de características como la competitividad, la habilidad y el esfuerzo individual, sin tener en cuenta los factores históricos, culturales y socioeconómicos. El objetivo de la investigación fue caracterizar la adhesión a las creencias meritocráticas, vinculando las respuestas obtenidas con la condición social del participante. Una muestra de 1.233 adultos respondió a una entrevista estructurada, indicando el grado de acuerdo con tres oraciones con respecto al papel del esfuerzo individual para el éxito, la relación entre la habilidad y la remuneración y la desigualdad social. Los resultados indicaron que el ingreso de los individuos está asociado con la percepción de la lógica meritocrática, ya que los sujetos con mayores ingresos tienden a cuestionar las generalizaciones, pero se adhieren fuertemente a su lógica, valoran el esfuerzo y mantienen las diferencias salariales basadas en el valor social agregado a ciertas habilidades. Ya los sujetos con menos acceso a los recursos mostraron creer en la meritocracia con preguntas menores, surgiendo así las características ideológicas de la meritocracia y las concepciones dominantes de las clases sociales más ricas.

Palabras clave: meritocracia; ideología; estratificación social.

O mundo moderno que emerge a partir do século XVII, como nos coloca Giddens (1991, p.8) refere-se a formas de organização social que surgem na Europa e que “ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Essa nova forma de organização social traz consigo diferentes valores e crenças que passaram a ser mais valorizadas em detrimento de outras (como o antigo nepotismo presente nas sociedades aristocráticas) e permeiam aspectos socioeconômicos e culturais constituídos em cada tempo. Dentre esses, pode-se observar a valorização do mérito individual. Para elucidar tais aspectos, Kreimer (2000) localiza que a partir da revolução francesa no século XVIII, novos valores aparecem para sustentar as bandeiras revolucionárias que foram então erguidas, da forma que segue:

juntamente com os conceitos de liberdade, igualdade, soberania popular e consentimento, o mérito é erguido durante o século XVIII como uma das principais bandeiras de luta da burguesia. Diante das prerrogativas aristocráticas por direito de nascimento, desde a Revolução Industrial a carreira aberta aos talentos é o principal objetivo da reforma social. A burguesia precisa que os talentos sejam avaliados em detrimento da ancestralidade. O nepotismo, o suborno e os direitos hereditários devem desaparecer para que cada indivíduo ocupe na sociedade o lugar que lhe dá seu próprio mérito, um valor de legitimidade estritamente relacionado ao universo do trabalho e do conhecimento que compreende esforço, habilidade, qualificação e experiência. (Kreimer, 2000, p.13, tradução livre dos autores).

De modo complementar, no clássico “Teoria dos Sentimentos Morais” Adam Smith (1999, p.82) estabelece a ação meritória como aquela que aparece enquanto benevolente perante os outros indivíduos, objeto próprio da gratidão e digna de recompensa, em suas palavras “a nós, parecerá, pois, merecedora de recompensa a ação que se ofereça como objeto próprio e aprovado de gratidão [...]. Recompensar é remunerar, devolver o bem pelo bem que se recebeu”.

Atualmente, o capitalismo se estrutura enquanto norteador da produtividade humana, sendo o modelo socioeconômico vigente. Neste, percebe-se a manutenção da valorização do mérito individual, que produz bens materiais e intelectuais para a sociedade, sendo observado enquanto

um dos critérios para qualificar o valor dos indivíduos perante a comunidade em seu entorno, assim como para definir qual será a sua recompensa, sendo a remuneração financeira uma de suas formas.

Com a popularização do termo “meritocracia” desde sua criação por Michael Young em 1958 na distopia *“The Rise of Meritocracy”*, e, por conseguinte, suas diversas facetas e desdobramentos observáveis no cotidiano, é possível ouvir em discursos do senso comum falas norteadas pela crença de que “quem se esforça, consegue alcançar suas metas”, expressão que contém preceitos ideológicos da meritocracia que podem permear, explícita ou implicitamente, as ações das pessoas. Neste sentido Celarent (2009) traz que o termo “meritocracia” foi absorvido de modo eufemizado pela sociedade, utilizado para dar uma conotação positiva ao mérito individual a partir de uma suposta compreensão de igualitarismo preconizada por sociólogos do século XX.

McNamee e Miller Jr. (2014) nos dão uma breve fórmula para o mérito individual, nesta naturaliza-se a ideia de que é através do somatório entre habilidades inatas do sujeito, trabalho duro, ter as disposições certas e ter integridade moral que seria possível alcançar uma melhor qualidade de vida apenas com seus próprios recursos, considerados, a princípio, como individuais, e não sociais.

A meritocracia pode ser considerada como uma ideologia. Conforme Eagleton (1997), a ideologia é compreendida como parte do processo de produção de significados, signos e valores na vida social, compondo o corpo de ideias que caracterizam grupos ou classes sociais, como a classe dominante brasileira. Adotamos neste trabalho a definição de ideologia de Thompson (2010), que se adapta perfeitamente a esse fenômeno, ao tratar da ideologia como sentidos que estabelecem e sustentam relações de dominação. A partir desse viés, a ideologia meritocrática se constrói ao trazer de modo sutil valores da classe dominante enquanto base a ser seguida por outras classes que compõem a estrutura da sociedade atual. Em outras palavras, coopera na legitimação do poder político e econômico através de um conjunto de crenças e, assim, faz com que a massa de indivíduos compreenda isto enquanto um processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade naturalmente desigual.

Sobre a naturalização do desigual, Chauí (1987/2008, p.79) colabora para a compreensão da meritocracia enquanto mecanismo ideológico, pois esta faz com que “os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem”. Com sua natureza desigual, a ideia de que através da vida social, a qual permite a todos o direito de trabalhar, fornece assim iguais chances de melhorar, oculta que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e condições do trabalho. Tais formas de enxergar as diferenças sociais e individuais ainda possui um respaldo no fato de que os homens são iguais perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento de dominação.

Estamos, então, sobre a égide da ideologia da meritocracia? Barbosa (2003, p.31) esclarece a diferença entre a “meritocracia enquanto ordem social” de “ideologia meritocrática”, da forma que segue:

Meritocracia enquanto critério de ordenação social é diferente de meritocracia enquanto ideologia. No primeiro caso, o mérito — a capacidade de cada um realizar determinada coisa ou se posicionar em uma determinada hierarquia, baseado nos seus talentos ou esforço pessoal — é invocado como critério de ordenação dos membros de uma sociedade apenas em determinadas circunstâncias. No segundo, ele é o valor globalizante, o critério fundamental e considerado moralmente correto para toda e qualquer ordenação social, principalmente no que diz respeito à posição socioeconômica das pessoas. Ou seja, num universo social fundado em uma ideologia meritocrática, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são baseadas na seleção dos melhores. (Barbosa 2003, p.31)

Assim, “a meritocracia presente nas formas de produção da vida e das relações aparece diluída nas discussões sobre desempenho e sua avaliação, justiça social, reforma administrativa e do Estado, neoliberalismo, competência, produtividade etc., e nunca de forma clara e explícita” (Barbosa, 2003, p.21). Tais discussões divergem em vocabulários, objetivos e *loci* os quais se adaptam aos moldes da realidade social de cada classe, entretanto, convergem ao construir a perspectiva de que basta haver inteligência,

dedicação, além de certa habilidade, para que qualquer indivíduo consiga obter seu sucesso pessoal e alcançar o espaço que deseja social e economicamente. Com isso, instaura a competitividade entre os indivíduos na busca por aquisições de ferramentas que se pautam na superação do seu igual para poder ocupar e adquirir recursos socioeconômicos melhores. Sobre tal aspecto, Wachelke (2017) pontua que as chances de que uma pessoa tenha boa remuneração no mercado de trabalho desigual brasileiro residem na obtenção de empregos valorizados ou riquezas. Sem algum tipo de capital é impossível obter bens valiosos, e para ter um bom emprego é necessário ter certificações de escolaridade, o que é dificultado no cenário educacional brasileiro.

McNamee e Miller Jr (2014) argumentam que existe um vácuo entre como as pessoas compreendem que a meritocracia funciona e como ela realmente acontece. Sustentam que um mito da meritocracia tem suas bases em uma falsa distribuição igualitária de recursos econômicos, como a remuneração salarial, a partir do mérito individual, e que, por mais que este efetivamente afete a distribuição de riquezas, existem outros fatores não ligados ao mérito que suprimem, neutralizam ou mesmo negam seus eventuais efeitos e criam barreiras para a mobilidade social dos indivíduos (exemplos disso são o nepotismo, hereditarismo, jeitinho brasileiro e afins). Compreende-se que o argumento não trata de desqualificar a existência da meritocracia, mas sim em explicitar como a generalização dessa ideologia não corresponde à disponibilidade de recursos nas diferentes classes sociais.

Wachelke (2017) possibilita uma correlação entre a ideologia da meritocracia e a renda atribuída às diferentes profissões ao pontuar que o sucesso no trabalho e vida profissional se prestam particularmente bem a discursos ideológicos, demonstrando de que forma a ideologia do mérito coopta trabalhadores através da falsa generalização do discurso do sucesso. Assim, a não promoção da redistribuição de recursos econômico para população que não possui acesso, a qual melhoraria as potencialidades de renda, bem como de acesso à educação e oportunidades de inserção profissional (logo, melhores remunerações), dão margem para que seja possível

promover a crença de que “quem se dedica com afinco ao trabalho obterá o sucesso profissional”, e assim afirma o esforço como habilidade necessária para transpor quaisquer barreiras para obter um bom emprego.

Desta forma, percebe-se que há um paradoxo na meritocracia enquanto ideologia, o qual coopera para sua sustentação: esta justifica os privilégios e acesso a recursos das classes dominantes, entretanto, só é possível adquirir as habilidades a partir do acesso prévio a tais recursos, para que, então, haja mobilidade social através da remuneração salarial ou renda. Logo, como adquirir tais “pré-requisitos” sem ter condições factuais de acessá-los? A ideologia do mérito, como já mencionado por McNamee e Miller Jr. (2014), coloca o esforço e habilidades inatas individuais como o caminho a ser percorrido para se alcançar outros patamares sociais, dando foco ao indivíduo e desconsiderando fatores não meritocráticos, também supracitados.

A lógica liberal democrática contemporânea se estabelece nesse cenário. Afirma-se a perspectiva de que o desempenho de cada sujeito está diretamente associado ao seu mérito pessoal, posto que o mundo capitalista dispõe do aparato e ferramentas para que cada indivíduo seja capaz de desenvolver-se. Baseando-se em Barbosa (2003, p.26) o indivíduo meritocrático inserido nesta sociedade deve ser “autônomo, competitivo, empreendedor, criativo e esforçado, tendo o trabalho como valor central de sua existência”. Por essa lógica, o progresso e o fracasso das pessoas são suas respectivas responsabilidades.

Em suma, a meritocracia, quando configurada enquanto uma ideologia aplicada para a generalização de um sistema, se estabelece enquanto uma ferramenta que estratifica e avalia o sujeito através de um recorte contextual, posto que coloca o “não sucesso” como culpa do indivíduo, desconsiderando fatores sócio históricos, culturais e econômicos que influenciam diretamente nas possibilidades de mobilidade social e desenvolvimento.

Utilizando-se de Zizek (1996), torna-se válido ressaltar que uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona

com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação. Desta forma, a ideia transmitida pela ideologia meritocrática não remete a um discurso falso, pelo contrário, corresponde a possibilidades e crenças que são passíveis de ser concretizadas no real. Entretanto, o que faz desta perspectiva ideológica é a forma como as crenças impregnadas no discurso meritocrático são transmitidas para a população e transparecem em atitudes práticas através de formas que subjetivam tais crenças.

Estudos internacionais apontam para grande aceitação de princípios meritocráticos. Flanagan et al. (2003) obtiveram resultados que indicam concordância elevada com a ideia de que a sociedade é meritocrática, numa amostra que incluiu mais de 4 mil estudantes da Austrália, Estados Unidos, Hungria, República Checa, Bulgária e Rússia. Por sua vez, Fiske e Cuddy (2005) observou relações entre a percepção de competência de grupos e sua avaliação, isto é, coerência com um princípio meritocrático de que quanto mais competentes os grupos, mais bem avaliados são. Esse estudo teve mais de 1.500 participantes de diversos países. Mais recentemente, no contexto de dados nacionais estadunidenses, Reynolds e Xian (2014) identificaram concordância com elementos de crenças meritocráticas para o sucesso.

Em pesquisa de Wachelke (2017), caracterizou-se a adesão a aspectos da ideologia meritocrática junto a secundaristas de duas escolas públicas e uma particular do município de Uberlândia. De acordo com os resultados, observou-se um alinhamento entre a crença meritocrática do esforço pessoal, a recompensa, associada ao sucesso no trabalho, e sua via de abertura como alcançável por todos. Entretanto, as variações das respostas dos participantes demonstram que não há um consenso, o qual perpassa por níveis maiores de renda e a posição social dos adolescentes, avaliados a partir de dados da renda e escolaridade materna.

Nesta pesquisa, os resultados de Wachelke (2017), relacionam o efeito conjunto das variáveis de renda e escolaridade da mãe:

De modo geral, as duas (renda e escolaridade) parecem amplificar os efeitos uma da outra; um participante com alta renda e com mãe com alto nível de escolaridade tende a alinhar-se de modo mais forte com os padrões de resposta observados para as duas posições, enquanto que os estudantes de estrato econômico desfavorável e com mães com poucos anos de estudo

localizam-se no outro extremo. Já a escolaridade intermediária apresenta resultados mais complexos, de interpretação mais difícil ora mostrando proporções próximas às de participantes com mãe com alta ou baixa escolaridade. (Wachelke, 2017, p.664).

Na pesquisa explicitada neste artigo o intuito fora verificar o grau de adesão de adultos uberlandenses à ideologia meritocrática a partir da sua inserção social avaliada pela renda, com intenção de explorar os aspectos socioeconômicos e culturais que permeiam o fenômeno. Desse modo, considerando-se a meritocracia enquanto parte dos valores e modos de vida preconizados por uma classe hegemônica e difundidos enquanto uma ideologia dominante, procurou-se observar o grau de adesão dos participantes da pesquisa, identificando consensos e divergências e antecipando consequências sociais e influências em práticas.

A avaliação da renda é justificada pela necessidade de considerar a diversidade de inserções das pessoas na sociedade, responsável por relações diferentes, muitas vezes conflituosas, com os problemas e temáticas que se lhe apresentam. Uma das coordenadas sociais mais importantes diz respeito à noção de classe social, que “sintetizam experiências e condições de vida semelhantes de grupos de pessoas em termos de acesso a recursos de vida, e são determinantes para os desfechos obtidos por essas pessoas” (Wachelke, 2018, p.68). Há abordagens divergentes na operacionalização de classe social: há autores que priorizam a avaliação de relações de trabalho, por entender que é essa relação produtiva que define a classe; outros medem o nível de escolaridade, que explica como as pessoas atingem sua posição social; e também a avaliação por renda, correspondente aos recursos econômicos (Hout, 2008).

Neste trabalho, a aproximação de classe se dá pela faixa de renda em salários-mínimos. Conforme tratado acima, a vivência em classes diferentes implica probabilidades diferentes de obter sucesso de acordo com critérios meritocráticos: classes com posições mais elevadas dispõem de recursos culturais, sociais e econômicos que dão mais acesso às habilidades e conhecimentos valorizados pelos sistemas meritocráticos. Portanto, é pertinente avaliar essas diferenças na adesão a opiniões sobre a meritocracia.

MÉTODO

Delineamento

O estudo consiste na análise de dados da edição de 2015 da Pesquisa de Percepções Sociais e Opiniões (PEPSO-2015), que teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), realizada em Uberlândia, Minas Gerais, em que se utilizou um questionário construído com afirmações que visaram compreender as crenças dos cidadãos sobre temáticas como identidade brasileira, igualdade, individualismo e meritocracia e autoritarismo. Tratou-se de um estudo quantitativo de levantamento (*survey*) (Freitas, Oliveira, Saccol & Moscarola, 2000) com um corte transversal para coleta de dados, dada a descrição da distribuição das características ou de fenômenos que ocorrem naturalmente a partir de amostras da população.

Participantes

A amostra foi não probabilística de conveniência, composta por 1.233 adultos. Dos participantes, 676 eram do sexo feminino (54,8%) e 553 do sexo masculino (44,9%) – 4 sujeitos não responderam à questão. Quanto à faixa etária, 44,5% dos sujeitos possuía de 25 a 34 anos, 25,7% de 35 a 44 anos e 29,8% encontravam-se entre 45 a 55 anos. Dos dados referentes a faixa de renda, observou-se que 14% recebiam renda familiar de até 2 salários-mínimos (SM), 18% recebiam de 2 a 3 SM, 27% de 3 a 5 SM, 29% de 5 a 10 SM e 11,9% tinha renda de mais de 10 SM.

Instrumento

O instrumento foi um questionário que serviu como roteiro para entrevista estruturada, acerca de opiniões sobre diversos temas sociais. Para o presente estudo, foram pertinentes três indicadores, sentenças cuja concordância ou discordância permitia avaliar a adesão a opiniões meritocráticas: s1. “Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem

o que querem”; s2. “As pessoas deveriam ter remunerações semelhantes, não importando o seu trabalho”; e s3. “É inevitável que tenhamos pessoas pobres e ricas na sociedade”.

Na construção das afirmações, buscou-se integrar as percepções do senso comum que podem ser associadas a meritocracia, como o esforço, a diferença salarial e a desigualdade social. A primeira afirmação visa averiguar de que forma a amostra da pesquisa percebe a concepção de esforço individual enquanto capaz de influenciar no alcance de melhores condições de vida, posto que envolve explicitamente a generalização da ideologia meritocrática.

A segunda afirmação busca observar o valor socialmente construído e atribuído às diferenças salariais postas a cada profissão. Sua escolha se comunica com a concepção de meritocracia devido ao fato de que as profissões que requerem maiores esforços intelectuais tendem a ser melhor remuneradas. Já a terceira afirmativa remete às desigualdades sociais que são observáveis na constituição do atual sistema econômico, tendo, em seu plano de fundo, justificativas que afirmam a lógica meritocrática e sustentam a manutenção de tais desigualdades.

Posto isto, as sentenças 1 e 3 foram estruturadas de forma a afirmar a ideologia da meritocracia, enquanto que a sentença 2 se posiciona de modo a preconizar pela igualdade, o que não conflui com a lógica de agregar um valor diferenciado ao sujeito dada sua profissão. Para cada uma das afirmações, havia cinco opções de respostas possíveis: discordo; discordo, mas não muito; concordo, mas não muito; concordo; e não sei.

Além das afirmações de interesse direto do estudo, houve questões de caracterização sociodemográfica. As informações registradas foram sexo, renda familiar, escolaridade, bairro de residência, idade, religião e posicionamento político.

Procedimento

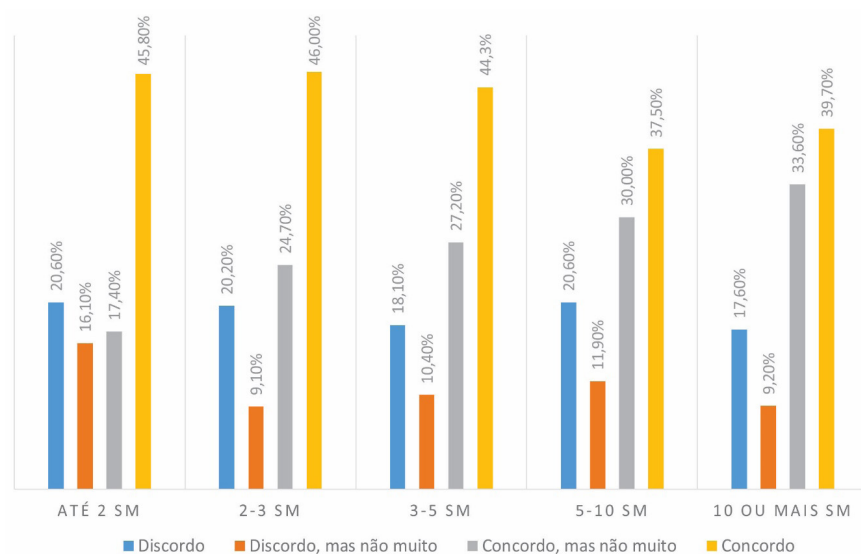
A aplicação dos questionários foi feita em parceria com discentes do curso de psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) nos bairros de Uberlândia, abordando pessoas que transitavam por locais

públicos ou em suas residências. Conforme Resolução N. 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, pesquisas de opinião públicas anônimas não são analisadas pelo sistema CONEP. Após treinamento, cerca de quarenta discentes realizaram as aplicações em diversos bairros da cidade. Cada aplicador realizou cerca de 30 entrevistas.

Após o período de coleta de dados, estes foram tratados por meio de estatísticas descritivas. Foram efetuados cruzamentos entre os dados de renda familiar e as sentenças de interesse, separadamente. Cada questão sentença foi considerada como variável categorial. Dentre os dados coletados houve quatro respostas “não sei” para a sentença 1, nove referentes à sentença 2 e 26 referentes à sentença 3 que foram desconsideradas perante sua baixa representatividade dentro do conjunto total de respostas.

RESULTADOS

Na Figura 1 constam as repostas dos participantes para a sentença 1, “Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem o que querem”. O gráfico apresenta que a maior proporção é de concordância com a afirmação, independente da renda declarada. Para além, os dados também demonstram que quanto menor foi a renda, maior foi o percentual de sujeitos que concordam, o qual decresce conforme a renda aumenta. Nota-se ainda que conforme há um aumento da renda, a proporção de sujeitos que concordam parcialmente tende a aumentar, aproximando-se dos que concordam.



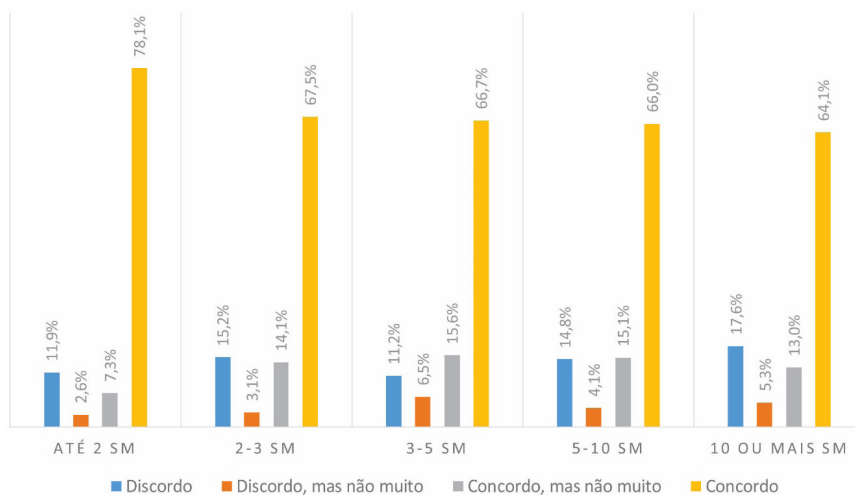
Fonte: autoria própria.

Figura 1. Distribuição percentual de respostas à sentença "Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem o que querem" em relação a renda.

No que concerne a representatividade das pessoas que discordam, esta também se mantém semelhante independente da renda, ainda que com proporções menores em relação aos que concordam. Inclusive, é válido ressaltar que os sujeitos que recebem até 2 SM tendem a discordar mais em comparação aos que possuem uma renda intermediária e os que recebem 10 ou mais SM.

A Figura 2 apresenta a distribuição de respostas por renda ligada à sentença "As pessoas deveriam ter remunerações semelhantes, não importando seu trabalho". No gráfico, as maiores porcentagens referem-se às respostas que discordam da afirmação, exceto a categoria que representa sujeitos os quais recebem até 2 SM. Neste caso, estes tendem a concordar mais do que discordar com a afirmação. Não obstante, as taxas referentes aos sujeitos que "discordam, mas não muito" e aos que "concordam, mas não muito" mostraram porcentagens baixas e semelhantes, ainda que os que tendem a concordar tenham apresentado níveis superiores aos que

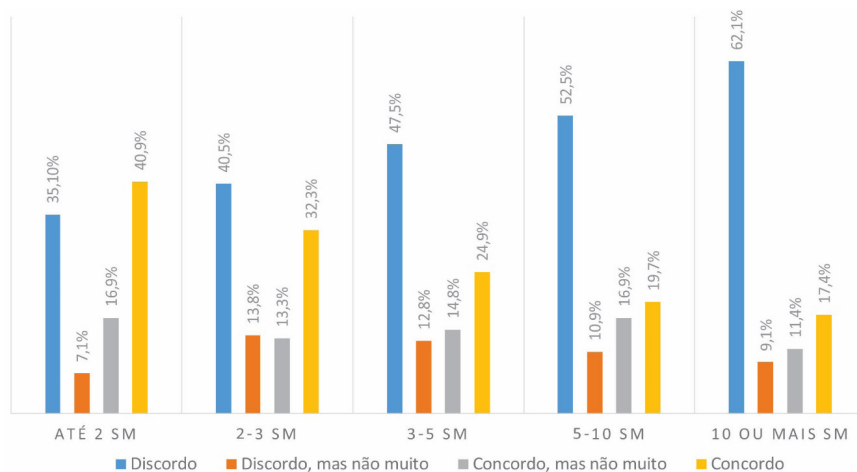
discordam. De uma forma geral, grande parte da população concorda com as diferenças salariais postas a partir de um valor atribuído à profissão exercida, sendo observável uma maior preponderância à taxa de adesão por parte dos sujeitos que possuem maiores rendas.



Fonte: autoria própria.

Figura 2. Distribuição percentual de respostas à afirmação "As pessoas deveriam ter remunerações semelhantes, não importando seu trabalho" em relação a renda.

A última sentença a ser analisada é "É inevitável que tenhamos pessoas pobres e ricas na sociedade"; sua correlação com os níveis de renda está representada na Figura 3. Os dados apontam que independente da faixa de renda, majoritariamente a população uberlandense tende a concordar com a afirmação, além de que quanto menor for a renda, maior é a taxa de concordância. Nestes dados também é possível observar que sujeitos com renda acima de 10 SM possuem a maior taxa de discordância do gráfico.



Fonte: autoria própria.

Figura 3. Distribuição percentual de respostas à afirmação “É inevitável que tenhamos pessoas pobres e ricas na sociedade” em relação a renda.

DISCUSSÃO

Em concepções gerais, dentre os dados coletados na pesquisa, é possível correlacionar a renda à aderência à crença meritocrática por parte da população. Uma parcela representativa dos sujeitos da amostra, de uma forma ou de outra, acredita que o esforço, compreendido enquanto “trabalho duro”, é um fator relevante para o alcance de posições socioeconômicas de “sucesso”, contudo, é interessante observar que tal crença tende a não ser tão fortemente afirmada pelos sujeitos que têm uma renda elevada e obtiveram acesso a diferentes recursos. Para além, uma parcela considerável da amostra concordou com a afirmação de que deve ser dada uma remuneração diferenciada de acordo com a função profissional de cada indivíduo, ou seja, se atribui um valor meritório singular para o espaço que cada profissão representa na sociedade.

Entretanto, desigualdades sociais e econômicas são consequências factuais das diferenças salariais concebidas a partir de tal valor meritório, sendo utilizadas de modo a justificar a posição hegemônica do estrato social

que possui maiores recursos e privilégios. Assim, é relevante observar que, na pesquisa, os sujeitos com maior concentração de renda aderiram a tal afirmação com maior veemência. Coerentemente, a desigualdade social aparece de forma naturalizada, posto que a amostra demonstrou acreditar ser inevitável a existência de pessoas pobres e ricas na sociedade.

A sentença 1 (“Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem o que querem”) remete a um dos valores que faz parte da fórmula básica da meritocracia, o esforço. Implicitamente tal raciocínio aparenta remeter também à igualdade, afinal, parte-se do princípio de que todos os indivíduos possuem oportunidades de desenvolvimento que não estão associadas ao seu gênero, religião, classe econômica, e etc. Logo, desconsidera-se a visão de um panorama amplo, o qual englobaria questões históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, no qual sujeito encontra-se inserido, para dar foco apenas à figura do indivíduo.

Em relação ao esforço, e, confluindo com as respostas observadas nos resultados, De Borba (2017) aborda a importância de que os indivíduos tenham a crença de que seu bem-estar esteja vinculado a seus próprios esforços e decisões, para que sejam coerentes com a ordem de mercado. Ressalta ainda que tal crença no esforço infundirá mais vigor e eficiência a um indivíduo ao fazê-lo crer que a consecução das metas fixados por este depende sobretudo de si. Para a manutenção do capitalismo é necessário que tal crença seja frequentemente encorajada através da educação e opinião dominante, posto que acarreta progressos materiais e morais relevantes. Assim, para que o progresso material e econômico seja um direcionamento dos esforços individuais, a ideologia torna-se uma ferramenta necessária, como aponta Chauí (1987/2008):

esta consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias). (Chauí, 1987/2008, p.36).

Diferentes classes possuem formas singulares de se apropriar e se beneficiar dos princípios meritocráticos, mas o apoio à ideologia meritocrática foi majoritário e generalizado entre todas as posições, ainda que parte

da amostra tenha discordado das opiniões pertinentes. Demonstra-se assim que há dominação de uma classe sobre a outra, pois os ideais meritocráticos hegemônicos ainda aparecem nos resultados enquanto valores adotados nas diferentes classes; ou seja, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante. Outros estudos em psicologia social apresentam resultados compatíveis com concepções individualistas, como a norma de difusão geral de que as pessoas são responsáveis individuais pelo próprio comportamento, a norma de internalidade (Beauvois, & Dubois, 1988), e a tendência de as pessoas de julgarem os outros a partir de atribuições pessoais, e ao mesmo tempo avaliarem a si mesmas por causas ambientais, o erro fundamental de atribuição (Ross, 1977).

Voltando-se para os contrastes indicados, foi possível observar que as pessoas que possuem níveis mais baixos de escolaridade concordaram em maior proporção com os pensamentos ideológicos quando comparadas a indivíduos que tiveram acesso a um nível de escolaridade mais elevado. Ademais, entende-se que o acesso à educação e a outros recursos materiais e culturais de fato possibilitam uma nova forma de inserção social e material no sistema econômico vigente e na sociedade de um modo geral para uma parcela de indivíduos, mas, ao considerar a discrepante desigualdade social no Brasil, parte expressiva da população ainda não alcançou acesso a tais recursos.

Posto isto, percebe-se que a ideologia atua de forma a alterar a percepção da realidade dos fatos a partir da generalização de ideias meritocráticas e foco nas capacidades individuais, de modo a propiciar uma alienação da população em relação aos espólios de seu trabalho e os precedentes necessários para o mesmo, determinante para o caráter velado da meritocracia. Tal relação corrobora os dados obtidos na pesquisa, pois demonstram a existência de uma posição hegemônica por parte dos sujeitos que tem poucas variações de acordo com a renda, que direciona para respostas semelhantes, mas também apresenta porcentagens menores dos estratos que não concordam com a opinião da maioria, o que pode ser compreendido enquanto uma brecha na ideologia, ou seja, os indivíduos

questionam-se e não concordam com a realidade posta, entretanto, pela lógica dominante ter criado mecanismos para se reproduzir, esta continua presente.

A terceira sentença afirma ser inevitável a existência de pessoas pobres e ricas na sociedade, sendo que houve uma maior aderência por parte dos participantes que tem níveis mais baixos de renda e escolaridade. Tal aderência demonstra como a ideologia está presente e se propaga de forma diferente entre os estratos sociais. Percebe-se que quanto maior o nível de instrução que o indivíduo adquire mais ferramentas estes passam a ter para refletir criticamente sobre as formas de produção que estão postas.

O viés contraditório da ideologia transparece, posto que as pessoas com menor nível de escolaridade tendem a reproduzir com maior veemência a lógica social imposta, ainda que seja possível também observar que tais indivíduos compreendem que o sistema não é justo, que estão “obrigadas” a ficar na classe social que nasceram por falta de oportunidades, mas não possuem recursos que possibilitem uma maior mobilidade socioeconômica, pois estes são acessíveis, em sua maioria, apenas para a classe dominante. Essa interpretação é compatível com a de Wachelke (2017) em pesquisa com estudantes, o qual concluiu que a prevalência do pensamento meritocrático poderia sustentar-se seja pelo consolo de que uma situação de privação seria justificada por um princípio meritocrático legítimo, seja pela resignação de que o mundo funciona de acordo com essas regras e que o melhor a fazer é tentar agir conforme o que se exige para ter acesso a condições melhores. Identifica-se, portanto, o caráter funcional – e paradoxal – do pensamento meritocrático até para as classes sociais desfavorecidas.

A desigualdade social é um aspecto necessário ao capitalismo, como coloca Figueiredo (2013) que, ao considerar a necessidade de exploração dos homens sobre os homens para que haja o acúmulo e reprodução do capital, a desigualdade social torna-se ineliminável, posto que esta reprodução é pautada na exploração da força de trabalho. Com a necessidade de exploração, é inerente que haja então dominação de uma classe sobre a outra e que, por sua vez, a meritocracia não seja uma ideologia que permitirá a mobilidade social de todo e qualquer indivíduo, mas, necessita que, através da concorrência, um indivíduo seja julgado mais meritório que o outro.

Indo ao encontro da teoria, na pesquisa fora possível perceber a expressão prática da meritocracia, posto que esta é diretamente refletida pela renda do indivíduo, afinal, determinadas profissões são social e financeiramente mais valorizadas do que outras e isto supostamente está vinculado ao nível de esforço que o sujeito dispôs para alcançar tais conhecimentos.

Então, quando parte da população de Uberlândia que possui altos níveis de renda e escolaridade discorda veementemente de que as pessoas com profissões diferentes deveriam receber remunerações semelhantes, isso transparece enquanto uma expressão prática, uma ferramenta vinculada à ideologia da classe dominante para se manter na sua posição hegemônica. Sobre tal aspecto, é interessante ressaltar a existência de um discurso que pode estar voltado para o “politicamente correto” por parte da população que possui maior acesso a recursos socioeconômicos, pois enquanto a afirmação que remete ao esforço pode ser interpretada de forma ampla e subjetiva, as outras duas questões remetem a afirmações que poderiam provocar mudanças objetivas, caso houvesse uma maior igualdade entre rendas, sendo que esta possibilidade não foi amparada pelos dados obtidos.

Na terceira sentença também é possível perceber que a ideologia está presente, principalmente a partir do estrato social que possui rendas intermediárias, ao considerar que o gráfico indicou porcentagens que são crescentes. Ou seja, há uma maior aderência à lógica da meritocracia conforme os indivíduos passam a ter acesso a algum recurso. Contudo, ainda se percebe a discrepância em relação aos estratos sociais que possuem um nível de renda maior, ainda que tais indivíduos cooperem para uma maior afirmação dos valores preconizados pela classe hegemônica, reproduzindo assim a ideologia da meritocracia.

Logo, uma parcela consideravelmente menor dos dados obtidos a partir das afirmações indica a possibilidade de que existam discordâncias com o discurso hegemônico, posto que a população que não teve acesso a recursos econômicos e educacionais das perspectivas apontadas, ou seja, acreditam que o esforço nem sempre leva ao sucesso e que a desigualdade social poderia ser amenizada, caso, por exemplo, as remunerações para cada profissão fossem menos distantes.

Além disso, o fato de os resultados apontarem para a meritocracia como norma majoritária implica seu poder coercitivo para conformidade, como demonstram os estudos sobre influência social. Na ausência de eventos de ruptura, o fenômeno majoritário – aqui, as crenças ideológicas a respeito da meritocracia – tende a sustentar e ampliar sua vigência, podendo ser impedido somente por resistências minoritárias bem localizadas e consistentes, como sugere a teoria do impacto social dinâmico de Latané (1981). Cabe se questionar até que ponto estamos num momento de consolidação do discurso meritocrático ou de ruptura a partir de contradições essenciais, o que deverá ser complementado por esforços futuros de pesquisa.

Nota-se ainda que a ideologia da meritocracia é parte de um panorama mais amplo, quando abordada como uma ferramenta do sistema hegemônico, de modo que uma limitação constatada da pesquisa concerne ao fato desta caracterizar-se enquanto um recorte da população de Uberlândia, não englobando percepções de como esta ocorre em outros contextos socioculturais. Por fim, a incipiente pesquisa deixa claro a necessidade de maiores reflexões que vissem averiguar de que forma os fatores que não são diretamente associados à ideologia da meritocracia estão implicitamente cooperando para sua manutenção, como por exemplo, o quesito acaso, herança ou mesmo sistema educacional vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, L. (2003). *Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas* (4^a ed). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Beauvois, J-L. & DUBOIS, N. (1988). The norm of internality in the explanation of psychological events. *European Journal of Social Psychology*, 18(1), 299-316. doi: 10.1002/ejsp.2420180402
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução n.510*. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 02 jul. 2019.
- Celarent, B. (2009). The Rise of the Meritocracy: 1870–2033 by Michael Young. *American Journal of Sociology*, 115(1), 322-326. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/605763?origin=JSTOR-pdf>.

- Chauí, M. (1987/2008). *O que é ideologia* (13^aed). São Paulo: Brasiliense.
- De Borba, E. (2017). *Sobre a Meritocracia: uma investigação* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia, Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis). Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178103>
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo.
- Figueiredo, J.G. (2013). Desigualdade social e capitalismo: os limites da igualdade sob a ordem burguesa. In: *Jornada internacional de políticas públicas* (1-9). São Luís, Maranhão/Brasil. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo4-desigualdadessociaisepoliticaspublishicas/desigualdadessocialecapitalismo-oslimitesdaigualdadesobaordemburguesa.pdf>. Acessado em: 02 jul. 2019.
- Fiske, S.T. & Cuddy, A.J.C. (2005). Stereotype content across cultures as a function of group status. In: GUIMOND, Serge (Org.). *Social comparison and social psychology: Understanding cognition, intergroup relations and culture* (pp. 249-263). Cambridge: Cambridge University Press.
- Flanagan, C.A., Campbell, B., Botcheva, L., Bowes, J., Csapo, B., Macek, P., & Sheblanova, E. (2003). Social class and adolescents' beliefs about justice in different social orders. *Journal of Social Issues*, 59(4), 711-732. doi: 10.1017/CBO9780511584329.013
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A.Z. & Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa Survey. *Revista de Administração*, 35(3), 105-112. Recuperado de: http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2000/2000_092_RAUSP.PDF
- Giddens, A. (1999). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Hout, M. (2008). How class works: objective and subjective aspects of class since the 1970s. In: Lareau, A. & Conley, D. (Orgs.). *Social class: how does it work?* (pp.25-64). New York: Russell Sage.
- Kreimer, R. (2000). *Historia del mérito*. Disponível em: <http://www.oocities.org/filosofialiteratura/>

- Latané, B. (1981). The psychology of social impact. *American Psychologist*, 36(4), 343-356. Recuperado de: <https://psycnet.apa.org/record/1982-01296-001>
- McNamee, S.J. & Miller JR, R.K. (2014). *The Meritocracy Mith*. (3^aed). Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Reynolds, J. & Xian, H. (2014). Perceptions of meritocracy in the land of opportunity. *Research in Social Stratification and Mobility*, 36(1), 121-137. doi: 10.1016/j.rssm.2014.03.001
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcoming: distortions in the attribution process. *Advances in Experimental Social Psychology*, 10(1), 173-22. doi: 10.1016/S0065-2601(08)60357-3
- Smith, A. (1999). *Teoria dos Sentimentos Morais (1723-1790)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Thompson, J.B. (2011). O conceito de ideologia. In: Thompson, J.B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (pp.71-99). (9.ed). Petrópolis: Vozes.
- Wachelke, J. (2017). Ideologia nas Opiniões de Estudantes de Ensino Médio sobre Sucesso no Trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 652-668. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004062016>
- Wachelke, J. (2018). Posição social de adolescentes e a crença no mundo justo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 65-80. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672018000200006&script=sci_abstract&tlng=es&fbclid=IwAR1_msbwdjzn2gU3cJ5M9WaqV4BfvfsoPw2soTxLLduZdo67TGgv_3gDkE
- Young, M. (1958). *The Rise of Meritocracy 1870-2033: an essay on education and equality*. United Kingdom: Penguin Books.
- Zizek, S. (1996). Introdução: o espectro da ideologia. In: Zizek, S (Org.). *Um mapa da ideologia* (pp. 7-38). Rio de Janeiro: Contraponto.

Recebido em 19/02/2020

Aceito em 30/07/2022